

PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE
ASSISTENTE SOCIAL

Língua Portuguesa
Prova Matemática
Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos do Cargo

INSTRUÇÕES

- Aguarde autorização para abrir o caderno de provas.
- Verifique se este caderno de provas contém 20 questões, numeradas de 01 a 20. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta correta.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta que julgar correta.
- Essa resposta deve ser marcada no CARTÃO DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, no CARTÃO DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D) da resposta que você escolheu.
- Preencher essa letra no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: ●.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, no CARTÃO DE RESPOSTAS.
- Marque apenas uma letra para cada questão no CARTÃO DE RESPOSTAS. Mais de uma letra assinalada implicará anulação da questão, bem como marcações feitas em desacordo com o exemplo: ●.
- Não haverá substituição do CARTÃO DE RESPOSTAS por erro de preenchimento ou por rasuras feitas pelo candidato.
- Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre candidatos, bem como o uso de livros, apontamentos e equipamentos (eletrônicos ou não) durante a realização da prova. O não cumprimento dessas exigências implicará na exclusão do candidato do concurso.
- Em hipótese alguma o candidato poderá sair da sala com qualquer material referente à prova. Só será permitido ao candidato entregar sua prova depois de transcorrido o tempo de 30 (trinta) minutos do início da mesma.
- Você terá 02 (duas) horas para responder a todas as questões e preencher o CARTÃO DE RESPOSTAS.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e seu CARTÃO DE RESPOSTAS.

Língua Portuguesa

Leia atentamente o texto do Professor Pedro Menezes, apresentado na sequência, e responda as duas próximas questões.

Machismo e feminismo

Qual a diferença entre machismo e feminismo? Machismo é um comportamento fundamentado na compreensão de que os homens são superiores às mulheres. O feminismo é um movimento social, político e filosófico que se opõe a essa concepção e visa a igualdade entre os gêneros.

O machismo baseia-se na cultura patriarcal que associa a figura do pai a uma liderança, que pode ser transposta para todas as áreas do desenvolvimento social. Assim, pela concepção machista, a mulher desempenha um papel de subalternidade em relação ao homem, servindo e obedecendo.

Entretanto, o feminismo tem em consideração que os indivíduos são iguais dentro de uma sociedade, não possuindo nenhum tipo de determinação biológica que imponha uma hierarquia.

O feminismo aponta para a necessidade de discussão sobre o desempenho destes papéis em vista da construção de uma sociedade mais justa. Opõe-se ao machismo, mas não é o seu contrário, não tem como objetivo a submissão dos homens.

O machismo sustentado pela dominação masculina busca desenvolver a ideia de diferenciação, hierarquização e submissão das mulheres. O feminismo visa a equidade (igualdade de direitos e respeito às diferenças identitárias) e a justiça social.

01. Em relação ao texto, analise as assertivas abaixo.

I. Machismo é um comportamento fundamentado na compreensão de que os homens são mais fortes que as mulheres e a equidade deve prevalecer.

II. Na cultura machista os indivíduos são iguais dentro de uma sociedade, contudo as mulheres são mais frágeis e os homens devem protegê-las.

III. O machismo baseia-se na cultura patriarcal que associa a figura do pai a uma liderança, que pode ser transposta para todas as áreas do desenvolvimento social.

IV. O feminismo opõe-se ao machismo e apregoa a superioridade das mulheres. Mulheres e homens devem lutar juntos pelos direitos humanos.

É correto o que se firma em

- A) I e III, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) III e IV, apenas.

02. O terceiro parágrafo está relacionado ao segundo parágrafo pelo conectivo “entretanto”, que introduz a ideia de:

- A) Conformidade.
- B) Adição.
- C) Contraposição.
- D) Conclusão.

03. Assinale a alternativa correta quanto à concordância nominal e verbal de acordo com a norma culta.

- A) A alegria de todos os manifestantes empolgavam os policiais.
- B) Será entregue, no início do ano, os cadernos para os alunos novos.
- C) O aumento dos preços das mercadorias espantaram os consumidores do supermercado.
- D) Foi suspensa, por causa da pandemia, a segunda etapa do concurso.

04. Analise as afirmativas quanto às recomendações da norma culta sobre acentuação gráfica.

- I. Sera apresentada uma pequena síntese do trabalho científico.
- II. A vítima, até o presente instante, permanece em estado patético.
- III. O Banco Central intervêm toda vez que o dólar dispara no mercado.
- IV. O catálogo apresentado no brechó era de uma sutileza profundamente estonteante.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- B) Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.
- C) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- D) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.

Processo Seletivo - Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Caderno de Provas

Edital de Processo Seletivo nº 002/2020

05. De acordo com a ortografia, marque (V) para a frase grafada corretamente ou (F) para a frase que apresenta erro ortográfico e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () O treinador chamou todos os jogadores para o campo.
 - () Gosto quando eu avizo antes e não acreditam em mim.
 - () É um grande privilégio viver uma vida difícil.
 - () Ela pegou sua vassoura e sumiu pela noite.
- A) V – V – V – F.
B) F – F – V – F.
C) V – F – V – V.
D) F – F – V – V.

06. Assinale a sequência em que a separação silábica está corretamente efetuada em todas as palavras.

- A) Ama-nhe-cer – gno-mo.
- B) U-ru-gu-ai – Pa-ra-guai.
- C) Au-ro-ra – bis-ca-tei-ro.
- D) As-pe-cto – pas-sa-ri-nho.

Matemática

07. A Dona Maria Silva faz uso de medicamentos para o Lúpus que normalmente vem importado dos Estados Unidos. Quando o dólar era cotado a R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos) ela gastava R\$ 172,80 (Cento e setenta e dois reais e oitenta centavos). Agora que o dólar é cotado a R\$ 5,48 (cinco reais e quarenta e oito centavos), quanto Dona Maria irá gastar no próximo mês:

- A) R\$ 1.000,00 (mil reais).
- B) R\$ 500,00 (quinhentos reais).
- C) R\$ 263,04 (Duzentos e sessenta e três reais e quatro centavos).
- D) R\$ 5,48 (Cinco reais e quarenta e oito centavos).

08. Carlos Eduardo Monforte é representante comercial da Empresa Costa Canto e CIA Ltda e seu trabalho é fazer visitas aos clientes para medir o grau de satisfação com os produtos adquiridos. Quando trabalha 5 dias por semana ele percorre no total 800Km. Trabalhando 4 dias em uma

semana, quantos quilômetros a mais por dia ele terá que percorrer para manter a mesma quilometragem semanal:

- A) 200Km a mais.
- B) 40Km a mais.
- C) 160Km a mais.
- D) 60Km a mais.

Conhecimentos Gerais

09. O Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Maravilha, estabelece em seu Artigo 101, que será concedida licença ao servidor ocupante de cargo efetivo em algumas situações. No entanto, o parágrafo primeiro deste artigo estabelece que o servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por período superior a vinte e quatro meses, salvo em três situações. Assinale a alternativa que está de acordo com o Artigo 101, §1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

- A) Para o serviço militar obrigatório; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista.
- B) Por motivo de doença em pessoa da família; para concorrer a cargo eletivo; para tratar de interesses particulares.
- C) Para o serviço militar obrigatório; para concorrer a cargo eletivo; para desempenho de mandato classista.
- D) Por motivo de doença em pessoa da família; para concorrer a cargo eletivo; para desempenho de mandato classista.

10. Segundo a OMS, uma pandemia é declarada quando uma nova doença para a qual as pessoas não têm imunidade se espalha de pessoa para pessoa em várias partes do mundo, além do esperado e de forma muito rápida (Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/oms-declara-pandemia-do-coronavirus/>). Em 2020, a OMS – Organização Mundial da Saúde, declarou que vivemos uma pandemia do novo coronavírus, chamado de SARS-CoV-2. Em que data a OMS declarou que estávamos vivendo em uma pandemia:

- A) 20 de fevereiro de 2020.
- B) 04 de março de 2020.
- C) 30 de janeiro de 2020.
- D) 11 de março de 2020.

Conhecimentos Específicos do Cargo

11. O tema sobre o direito à saúde no Brasil tem como base as garantias a que a política tem como pressuposto no âmbito da sua regulamentação. Para tanto, a Lei nº 8.080, criada em 19 de setembro de 1990, dispôs sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, instituindo o Sistema Único de Saúde (SUS). A literatura é unânime em considerar que o SUS é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. O SUS apresenta em seu escopo o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde. Nas disposições gerais, a Lei 8.080 aduz que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. O artigo 3º, em redação dada pela Lei 12.864 de 24 de setembro de 2013, dispõe que:

A) Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do país, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

B) O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

C) A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais, os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país.

D) A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

12. A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) é responsável por coordenar a gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, integrado pelo Subsistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, de Doenças Transmissíveis e de Agravos e Doenças não Transmissíveis; de Vigilância em Saúde Ambiental, incluído a Política Nacional de Saúde do Trabalhador; pelo Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública; pelos Sistemas de Informação de Vigilância em Saúde; pelos Programas de Prevenção e Controle de Doenças de Relevância em Saúde Pública, incluído o Programa Nacional de Imunizações. Em 12 de julho de 2018, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) instituiu a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), como política pública de Estado e função essencial do Sistema Único de saúde (SUS) e que tem como um de seus princípios:

- A) Manter sistemas de informação de vigilância em saúde, que fornecem informações sobre estatísticas vitais e morbidade no Brasil.
- B) Disseminar a visão sobre saúde humana, animal e meio ambiente como componentes separados, é o referencial adequado para a organização de um sistema de vigilância, alerta e resposta que faça frente aos desafios e ameaças à saúde existentes.
- C) Construir uma organização de vigilância e resposta que se limite ao setor saúde, de forma intersetorial e integrada.
- D) Ter a cooperação e articulação intra e intersetorial para ampliar a atuação sobre determinantes e condicionantes da saúde e estabelece, dentre suas diretrizes, as ações de detectar, monitorar e responder às emergências em saúde pública, observando o Regulamento Sanitário Internacional e promover estratégias para implementação, manutenção e fortalecimento das capacidades básicas de vigilância em saúde.

13. A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é resultado da experiência acumulada por conjunto de atores envolvidos historicamente com o desenvolvimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), como movimentos sociais, usuários, trabalhadores e gestores das três esferas de governo. No Brasil, a Atenção Básica é desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, ocorrendo no local mais próximo da vida das pessoas. Ela deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. Nessa direção, a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) deve estar embasada:

- A) Na infraestrutura necessária.
- B) Em expansão e ao desenvolvimento da Atenção Básica no país.

C) Em princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

D) No novo desenho do financiamento federal para a Atenção Básica.

14. O contexto atual sobre a saúde pública no Brasil retomou sua preocupação para a coletividade, sendo objeto de preocupação em situações como a proliferação de doenças e meios para evitar doenças. Desta forma, a saúde pública tem como objetivo organizar os sistemas e serviços de saúde, atuando de modo determinante do processo saúde/doença, controlando as incidências de doenças entre a população através de ações e intervenções de vigilância governamentais. A saúde pública no Brasil tem como objetivo promover a melhoria e bem-estar da saúde de todos os seus cidadãos. Essa garantia está prevista na(o):

A) Constituição Federal de 1988, que nos Artigos 203 a 206 justapõe sobre gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

B) Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Art. 2 que define que a saúde é um direito fundamental de todo e qualquer ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno funcionamento.

C) Decreto nº 7.508/2011 que regulamenta os Conselhos de Saúde e seu âmbito de atuação.

D) Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1991, Art. 3 que define que a saúde é um direito fundamental, devendo o Estado prover as condições para a intervenção.

15. A partir da Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, nominada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), novos conceitos e modelos de assistência social passaram a vigorar no Brasil. Assim, a assistência social se coloca como direito de cidadania, para garantir o atendimento às necessidades básicas das pessoas fragilizadas pela pobreza e pela exclusão social a todos, que dela necessitarem, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. A Política de Assistência Social vai permitir a padronização, melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país, respeitando as diferenças locais. A partir do exposto, analise as assertivas a seguir.

I. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) dispõe sobre a organização da assistência social. É o instrumento legal que regulamenta o que está escrito na Constituição Federal, nos artigos 203 e 204, que definem e garantem os direitos à assistência social. Esta lei institui benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social dos segmentos mais vulneráveis.

II. O núcleo ou foco principal dos serviços assistenciais, é constituído pelas famílias vulnerabilizadas pela pobreza e exclusão social: enfatiza-se o grupo familiar e a comunidade por serem espaços sociais naturais de proteção e inclusão social sendo que a ação se valoriza a partir da implementação de ações e serviços intersetoriais. Estas ações e serviços intersetoriais devem ter objetivos e desenvolver processos mais ambiciosos de proteção e alteração da qualidade de vida do grupo familiar e não apenas de um ou outro de seus membros.

III. A assistência social é dever do Estado e direito do cidadão e se constitui em política pública e, como tal, faz parte da seguridade social (juntamente com a saúde e pela previdência social). Neste modelo, prevalece a premissa de que se protege para promover, para fazer a pessoa crescer e ter autonomia; que deve ser ofertado o mínimo básico para que o indivíduo inicie um processo de promoção humana, de crescimento e de valorização do indivíduo.

IV. A centralidade de ação da política de assistência social é a família, vista como elo integrador das ações e como foco de programas específicos. Todos os programas que visam à inserção e à reinserção familiar são prioritários na política de assistência social.

V. O Estado brasileiro, isto é, o poder público, no âmbito federal, tem o dever de formular políticas e realizar ações e atividades que protejam e promovam aquela parcela da população que se encontra em situação de vulnerabilidade, permitindo a esta parcela alcançar uma situação de plena cidadania.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) III, IV e V.
- D) I, II, III e IV.

16. A Política de Assistência Social está se efetivando, sendo construída e qualificada no âmbito da gestão pela ação ético-política, teórico-metodológica e técnica-operativa dos seus agentes: gestores, técnicos, trabalhadores em geral, usuários e conjunto social. Nesse sentido, no âmbito da consolidação da Política de Assistência Social, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Informação da Assistência Social é fundamental para o aprimoramento da gestão, além da institucionalização das práticas de planejamento, monitoramento e avaliação do conjunto de ações, programas, serviços e benefícios da política assistencial, de forma a aumentar sua efetividade. O desenvolvimento deste sistema pressupõe o conhecimento e a capacidade institucional e técnica:

- A) Das secretarias municipais, da rede constituída e das instâncias de controle social operando localmente.

B) Da estrutura/infraestrutura para a viabilização da assistência social que não corrobora para a operacionalização e efetivação.

C) Da insuficiência quantitativa e da equipe de recursos humanos é essencial para o funcionamento orgânico e sistemático da rede protetiva setorial.

D) Dos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica para indivíduos.

17. O tema sobre família no século XXI, no Brasil, como em outros países, implica a referência a mudanças e a padrões difusos de relacionamentos. Com seus laços esgarçados, torna-se cada vez mais difícil definir os contornos que a delimitam. Vivemos uma época em que a mais naturalizada de todas as esferas sociais, a família, além de sofrer importantes abalos internos tem sido alvo de marcantes interferências externas. Estas dificultam sustentar a ideologia que associa a família à ideia de natureza, ao evidenciarem que os acontecimentos a ela ligados vão além de respostas biológicas universais às necessidades humanas, mas configuram diferentes respostas sociais e culturais, disponíveis a homens e mulheres em contextos históricos específicos. Continuando, Carvalho (2000)) afirma que a família retoma um lugar de destaque na gestão e execução da política social. Verifica-se que ela é, ao mesmo tempo beneficiária, parceira e pode-se dizer uma ‘miniprestadora’ de serviços de proteção e inclusão social”. Além do papel de socialização de seus membros, particularmente as crianças e adolescentes, é visível um grande número de famílias que possui uma capacidade de acolhimento, sendo o público alvo:

A) As crianças que são uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai.

B) Não somente dos membros gerados em seu seio, mas também os advindos de diferentes situações, como as famílias estendidas: pais, mães, avós, primos, sobrinhos, irmãos, parentes de diversas formas que passam a coabitar na mesma residência.

C) Os indivíduos originados nos casos de instabilidade familiar por separações e mortes, aliada à instabilidade econômica estrutural e ao fato de que não existem instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares.

D) As crianças e os idosos que são públicos mais vulneráveis e precisam de suporte como determina as legislações correlatas sendo estas o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso.

18. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990, é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente. Como norma que define as medidas de proteção integral do público infante juvenil, em maio de 2019, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ganhou um novo texto, com algumas alterações.

Processo Seletivo - Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Caderno de Provas

Edital de Processo Seletivo nº 002/2020

I. A Lei nº 13.798 de 3 de janeiro de 2019 que instituiu a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência e a Lei nº 13.812/2019, de 16 de março de 2019 que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, criou o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e exigiu autorização judicial para viagem de menores sem companhia dos responsáveis.

II. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) incorporou os avanços preconizados na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e trouxe o caminho para se concretizar o Artigo 226 da Constituição Federal, que determinou direitos e garantias fundamentais a crianças e adolescentes. Considerado o maior símbolo dessa nova forma de se tratar a infância e a adolescência no país, o ECA inovou ao trazer a proteção integral, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta. Reafirmou a responsabilidade da família, sociedade e Estado de garantir as condições para o pleno desenvolvimento dessa população, além de colocá-la a salvo de toda forma de discriminação, exploração e violência.

III. Para garantir a efetivação da proteção integral, governo e sociedade civil trabalham em conjunto por meio dos conselhos municipais, estaduais, distrital e nacional dos direitos da criança e do adolescente. Com caráter deliberativo e composição paritária, essas instâncias fazem o controle das políticas públicas e estão entre os principais atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

IV. O Artigo 13 ganhou nova redação por meio da Lei nº 13.010 de 2014, que passou a vigorar: “Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, III e IV.
- D) I, II, III e IV.

19. Os direitos dos idosos têm como proteção o Poder Público que organiza e gesta políticas de atendimento ao idoso em seus Conselhos Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e dentre os órgãos públicos que defendem e garantem a proteção dos mesmos, pode-se citar o Ministério Público, a Defensoria, os Conselhos Municipal, Estadual e Nacional do Idoso e as Delegacias, previsto no Estatuto do Idoso (artigos 48 a 51). Em se tratando de violência doméstica, hoje considerada maior índice de agressão, se faz necessário criar políticas públicas, onde se menciona a necessidade de se implantar e efetivar diretrizes que assegurem no âmbito social e

familiar os direitos dos idosos para amenizar a violência. Sobre a atenção e defesa da pessoa idosa temos:

- A) A Lei de nº 8.842/1994 que regula a Política Nacional do Idoso, assim, como também Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, que em seus artigos 44 e 45, inciso I, prevê as medidas específicas de proteção a pessoa idosa e da política de atendimento ao idoso em seu artigo 47, incisos I, II, III e V.
- B) O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, que em seus artigos 44 e 45, inciso I, prevê as medidas específicas de proteção a pessoa idosa e da política de atendimento ao idoso em seu artigo 47, incisos I, II, III e V.
- C) A Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e a Gerência de Atenção ao Idoso (GAI) que podem formar a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RENADI).
- D) A Lei nº 10.741/2003 e a Lei nº 13.466/2017 que assegura a prioridade de proteção para os idosos com idade acima de 80 anos.

20. O Código de Ética Profissional do Assistente Social em seu Título III, que trata das Relações Profissionais Capítulo I das Relações com os(as) Usuários(as) no Artigo 5º, define que são deveres do(a) assistente social nas suas relações com os(as) usuários(as):

I. Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos(as) usuários(as), mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos(as) profissionais, resguardados os princípios deste código; democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos(as) usuários(as); devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos(às) usuários(as), no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses.

II. Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor; utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão; abster-se, no exercício da profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes; participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

III. Informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos; fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional; contribuir para a criação de mecanismos que venham

Processo Seletivo - Prefeitura Municipal de Maravilha - SC
Caderno de Provas

Editais de Processo Seletivo nº 002/2020

desburocratizar a relação com os(as) usuários(as), no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados; esclarecer aos(às) usuários(as), ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional.

IV. Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste código; livre exercício das atividades inerentes à profissão; participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais e na formulação e implementação de programas sociais.

É correto apenas o que se afirma em:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) III e IV.
- D) I, II, III e IV.